

Atendimento Educacional Especializado para alunos com baixa visão

Selma Maria Cotrim Pezzuto
Éder Pires de Camargo

Como citar: PEZZUTO, Selma Maria Cotrim; CAMARGO, Éder Pires de. Atendimento Educacional Especializado para alunos com baixa visão. *In:* POKER, Rosimar Bortolini; NAVEGA, Marcelo Tavella; PETITTO, Sônia (org.).

Acessibilidade na escola inclusiva: tecnologias, recursos e o atendimento educacional especializado. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 141-162.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-312-0.p141-162>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 8

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM BAIXA VISÃO

*Selma Maria Cotrim PEZZUTO¹
Éder Pires de CAMARGO²*

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, constatam-se a existência de aproximadamente 40 milhões de pessoas deficientes visuais no mundo, dos quais 75% são provenientes de regiões consideradas em desenvolvimento. O Brasil deve apresentar taxa de incidência de deficiência visual entre 1,0 a 1,5 % da população, sendo de uma entre 3.000 crianças com cegueira, e de uma entre 500 crianças com baixa visão (BRASIL, 2006). Com certeza, se fossem tomadas medidas de prevenção esses dados poderiam ser diminuídos pela metade.

Em todos os aspectos da organização do trabalho pedagógico, a visualização está presente, e alunos que enxergam de forma rápida e

¹ Professora de Sala de Recursos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo.

² Docente do Departamento de Física e Química da UNESP de Ilha Solteira e do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Faculdade de Ciências da UNESP de Bauru - camargoep@dfq.feis.unesp.br

natural têm acesso a conteúdos escolares, ao ambiente, a locomoção e a movimentação, e livremente, transitam de um lado para outro. Quanto aos alunos com deficiência visual sabemos que levam mais tempo para conhecer os espaços do ambiente escolar, as formas, as características de um objeto, pois eles são percebidos gradativamente, através dos sentidos remanescentes, o tato, a audição, e de outras maneiras não visuais (ARGENTA; DE SÁ, 2010).

Segundo Argenta e De Sá (2010) a falta da visão limita o indivíduo na visualização da cor, tamanho, distância, posição ou movimento dos seres, entre outras coisas, e isto de forma significativa traz limitações quanto à variedade de experiências visuais como controle do ambiente, interação com as pessoas e o mundo ao seu redor. Há necessidade do pleno aproveitamento e exploração dos sentidos remanescentes e de todo o potencial de aprendizagem da pessoa com deficiência visual, pois o desenvolvimento das capacidades de perceber, conhecer e aprender não depende apenas da visão.

A presente pesquisa tem por objetivo desmistificar aspectos relacionados à baixa visão, entendendo que a condição de enxergar pouco não difere estes alunos dos demais, quando são eliminadas as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Espera-se que o trabalho aqui relatado possa levantar dados pertinentes e coerentes com a realidade atual, além de analisar e conhecer algumas das principais necessidades educacionais deste alunado, contribuindo e trazendo conhecimento e esclarecimento quanto á inclusão educacional dos alunos com baixa visão, promovendo ao aluno o acesso a educação com qualidade.

FORMAÇÃO E PAPEL DO PROFESSOR DA SALA REGULAR E DO PROFESSOR ESPECIALIZADO

Sabemos que a formação dos profissionais da educação é tarefa essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar.

O processo de educação inclusiva vem sendo gradativamente implementado nas escolas de ensino regular. A formação dos professores ganha destaque entre as demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão.

Paulon (2005) relata que o “despreparo dos professores” figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem” da escola. Os cursos de formação de professores pouco abordam sobre educação inclusiva e conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais dos alunos. Ainda sobre este assunto o autor relata que há necessidade de introduzir tanto modificações na formação inicial do educador quanto na formação continuada e sistemática ao longo da carreira profissional dos professores e demais profissionais da educação.

Portanto a formação do professor deve ser um processo contínuo que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. Trata-se neste sentido de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola, levando-os a reflexão, para que este alunado tenha acesso à educação de forma adequada e tornem-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Observa-se como é importante a valorização e o apoio que se deve dispensar ao professor da sala regular, no processo de inclusão, pois o aluno está em contato diário com ele, sem auxílio o professor não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusivista.

O professor especialista que oferece atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras existentes, considerando suas necessidades específicas para que o aluno com deficiência tenha plena participação e acesso a educação. Este atendimento complementa e suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência no ambiente escolar e fora dele.

O professor para exercer a função na educação especial, deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área (BRASIL, 2007).

Na Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais ganha destaque a necessidade urgente de: preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e o progresso das escolas inclusivas, assim como, a provisão de serviços de apoio é de importância primordial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas (UNESCO, 1994).

Segundo Bueno (1999, p.18) a respeito da formação de professores para o atendimento de alunos com deficiência é que:

[...] há de se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do aluno, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquiram conhecimentos e desenvolvam práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com deficiência.

CONCEITUAÇÃO DA DEFICIÊNCIA VISUAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO ATENDIMENTO AS SUAS ESPECIFICIDADES

De acordo com o Decreto nº. 5296 de 02 de Dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), Art.5º, Capítulo II – Do atendimento Prioritário, §1º:

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Amiralian (1997 *apud* ARCHANJO 2011) aborda que há definições quantitativas e funcionais para a deficiência visual, neste sentido relata que a maior preocupação dos especialistas em relação à deficiência visual é quanto “uma pessoa pode ou não pode ver”. O autor comenta que ao contrário do senso comum, a pessoa cega, sob a ótica médica e educacional, não é aquela que não enxerga, pois é raro uma ausência total

da percepção visual, podendo-se declarar que há graus de deficiência visual, não abrangendo todos os deficientes visuais numa mesma classificação. Neste sentido, a variação é primordial para a constituição do sujeito, pois vai determinar se a percepção visual fará parte das formas que o sujeito terá de apreensão e interpretação do mundo

A baixa visão requer a utilização de estratégias e de recursos específicos, sendo muito importante compreender as implicações pedagógicas dessa condição visual e usar os recursos de acessibilidade adequados no sentido de favorecer uma melhor qualidade de ensino na escola.

Domingues et. al. (2010) aborda que a baixa visão quanto mais cedo for diagnosticada, melhores serão as oportunidades de desenvolvimento e de providências médicas, educacionais e sociais de suporte para a realização de atividades cotidianas.

A avaliação funcional é a observação do desempenho visual do aluno em todas as suas atividades diárias, desde como se locomove no espaço, alimenta-se e brinca, até como usa sua visão para realização de tarefas escolares e práticas.

De Sá, De Campos e Silva (2007) ao descreverem sobre a avaliação funcional da visão revelam dados quantitativos e qualitativos de observação sobre:

- O nível da consciência visual do aluno;
- A recepção, assimilação, elaboração dos estímulos visuais;
- O desempenho e o uso funcional do potencial da visão.

Ainda sobre estes aspectos os autores relatam que o trabalho com alunos com baixa visão baseia-se na utilização plena do potencial da visão e dos sentidos remanescentes, bem como das superações de dificuldades e conflitos emocionais. Afirmam também os autores a importância de conhecer o desenvolvimento global do aluno, o diagnóstico, a avaliação funcional, o contexto familiar e social, bem como as alternativas e os recursos disponíveis. Tais aspectos facilitam o planejamento de atividades e a organização do trabalho pedagógico.

Os estudos de Masini (1994) nos levam também a refletir sobre a educação do deficiente visual, em:

- Como é o perceber e o relacionar-se do Deficiente Visual?
- Quais os recursos que auxiliam o deficiente visual nesses aspectos?

Masini (1994) inspirada na fenomenologia, inaugurada por Edmund Husserl, traz a discussão a questão dos caminhos do movimento fenomenológico. A fenomenologia busca uma volta ao que é efetivamente vivido. A autora nos mostra através de pesquisas, que penetrar no mundo percebido pelo deficiente visual é tão difícil quanto fazê-lo perceber o mundo como o vidente faz. A conclusão feita pela autora através de pesquisa em livros e revistas referentes ao deficiente visual, com aconseladoras e professoras especializadas e grupo de deficientes visuais, foi que seu desenvolvimento e aprendizagem são definidos a partir de padrões para os videntes.

As condições para a educação do deficiente visual, segundo Masini (1994) são diferentes daquelas definidas para o vidente e que em síntese são:

1. O saber do Deficiente Visual é voltar-se para seu mundo vivido, prévio ao conhecimento, buscando:
 - Recuperar o nascimento do sentido, descrevendo com palavras do cotidiano o que se sucede com a criança nas diferentes situações da maneira que vão se apresentando;
 - Escrever a totalidade do que aparece em cada situação (o que ela diz, da maneira que faz, sua entonação de voz, seus gestos, suas expressões nas relações com os outros e com os objetos que o cercam).
2. Compreender o Deficiente Visual requer atenção a seus diferentes modos de ser e à transformação de concepções, como as seguintes:
 - A percepção, nas perspectivas da objetividade e da subjetividade;
 - O sujeito da percepção entendido como consciência é substituído pelo corpo-sujeito e, assim a relação sujeito-objeto que era de conhecimento dá lugar a uma relação segundo a qual o sujeito é seu corpo, seu mundo, sua situação.

Na comunicação alguns pontos também demandam atenção. Masini (1994) afirma que a predominância da visão sobre os outros sentidos, bem como da verbal sobre a não verbal, faz com que os conhecimentos (percepções e intelecções) não acessíveis ao deficiente visual sejam utilizados

ao falar com ele. Desta maneira o deficiente visual desenvolve uma linguagem e uma aprendizagem conduzida pelo visual, ficando organizadas não por ele, e sim a um nível de verbalismo e aprendizagem mecânica.

Para que o deficiente visual organize o mundo ao seu redor e nele se situe, Mazini (1994) conclui que ele precisa dispor de condições para explorá-lo. As situações educacionais necessitam estar organizadas de maneira que o deficiente visual utilize o mais possível de suas possibilidades (táteis, olfativas, auditivas, cinestésicas) e fale sobre essa experiência perceptiva.

Masini (1994) relata que se uma professora vivenciar isso, estará já em condições de iniciar o seu trabalho ou seja estará se perguntando:

- “O que esta criança Deficiente Visual sentada ao meu lado, percebe e sabe desta sala onde está?”; “O que ela conhece, sem o olhar, poderá ser dito para mim, que conheço com o olhar?”; “O que eu conheço com o “olhar” poderá ser dito para ela?”

Com certeza a professora, frente a essas situações, estará apta a buscar, junto com a criança as estratégias, recursos e possibilidades de perceber e relacionar-se no seu pensar e agir.

Além dos aspectos destacados, não devemos ficar alheios as visões científicas sobre a psicologia da cegueira, pois, elas têm desenvolvido ao longo do caminho, da antiguidade até os dias presentes, às vezes desaparecendo em uma névoa de falsas ideias e, então, reaparecendo novamente como um novo ganho científico (VIGOTSKI, 1994).

Segundo Vigotski (1994) a cegueira não é meramente a ausência da visão, ela causa uma total reestruturação de todas as potencialidades do organismo e personalidade. A cegueira na criação de uma nova e única forma de personalidade traz a vida forças novas, ela muda as tendências normais do funcionamento, ela cria e organicamente refaz e transforma a mente de uma pessoa.

Podemos observar uma das ideias de Vigotski (1994) na psicologia não podemos lidar com aquilo que é apenas aparente, temos que penetrar no mais complexo do humano.

Vigotski (1994) relata que somente a Renascença (séc. XVIII) trouxe uma nova era de compreensão da cegueira. Nesta época de grandes

significados históricos para o problema, buscou-se como um resultado direto da nova compreensão da psicologia, a formação de instrutores e educadores para os cegos, trazendo a vida social para dentro de seu alcance e fazendo a cultura disponível a eles. A educação deve, de fato, fazer uma criança cega tornar-se uma criança normal, um adulto socialmente aceito é eliminar o rótulo e a noção de “defeituoso”, fixado ao cego.

Esta colocação de Vigotski, “a criança cega tornar-se criança normal” não é adequada, pois pessoas com deficiência visual são iguais a todos, apenas com a falta do sentido da visão, sendo possível superar a limitação apresentada.

E, finalmente, o autor afirma: a ciência moderna deve dar ao cego o que é correto para o trabalho social, não em forma degradante, filantrópica ou orientada para a invalidez, mas em formas que correspondam à essência verdadeira do trabalho.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM BAIXA VISÃO

O atendimento educacional especializado (AEE) visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2007).

A inclusão dos alunos com deficiência visual no ambiente escolar já é um fato, e com o objetivo de oferecer um atendimento educacional especializado a este alunado com qualidade, veremos neste tópico algumas de suas principais especificidades referentes aos alunos com baixa visão.

Considerando que o sistema visual detecta e integra, de forma instantânea e imediata, 80% dos estímulos do ambiente, e que a visão é o elo que integra outros sentidos - que permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita em um espaço delimitado - observa-se a importância em atender as especificidades deste alunado (DE SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

De acordo com os autores, para que o aluno com baixa visão desenvolva a capacidade de observação é necessário que o professor desperte o seu interesse em utilizar a visão potencial, desenvolver a eficiência visual, estabelecer conceitos de permanência do objeto, e facilitar a exploração dirigida e organizada. Suas atividades devem ocasionar prazer e motivação desenvolvendo com isso a intencionalidade e como consequência a iniciativa e autonomia.

Segundo Siaulys (2006) o aluno com baixa visão pode apresentar as seguintes dificuldades:

- a) Falsa convicção de que a deficiência visual vincula-se sempre a dificuldades de aprendizagem, e até mesmo déficit intelectual, pelo desconhecimento a respeito das possibilidades das pessoas com baixa visão;
- b) Alguns problemas de identidade, relacionados com o fato de ele não ser realmente cego nem vidente;
- c) Nível funcional pode ser reduzido, pela restrição de experiências adequadas a sua necessidade de maturação, capazes de minimizar os prejuízos decorrentes do distúrbio visual.
- d) A ausência de estimulação ou a restrição de experiências significativas podem ameaçar o desenvolvimento educativo da criança;
- e) Habilidades que envolvem os canais visuais, tais como:
 - Aquisição de conceitos;
 - Orientação e mobilidade e
 - Controle do ambiente.

Siaulys (2006) cita que ao receber um aluno com baixa visão, a escola deve se preparar de forma integral, pois o atendimento as suas especificidades deve acontecer em todo o ambiente escolar. Os professores e colegas devem conhecer as condições visuais da pessoa com baixa visão, quais as possibilidades e necessidades de adaptação das brincadeiras, jogos e atividades. O aluno deve ter oportunidade e tempo suficiente para demonstrar suas competências e habilidades. O ensino deve ser cooperativo; o arranjo da sala em grupo ou dupla; o que favorece a ajuda e o apoio mútuo. A colaboração; laços de amizade e solidariedade são importantes

para todos os alunos. Todo o processo de inclusão do aluno deve ter a participação da família, pois podem oferecer informações importantes sobre as necessidades do aluno.

RECURSOS

As pessoas com baixa visão necessitam da ampliação das imagens, de perto e longe, para conseguir enxergar melhor (LIMA et. al.2008). A ampliação pode ser obtida de quatro maneiras:

1. Reduzir a distância entre o observador e o objeto (ex: aproximar o livro dos olhos e assistir a programas de TV, sentando-se bem próximo);
2. Ampliar o tamanho das letras do texto a ser lido (materiais ampliados);
3. Utilizar lentes especiais de aumento (recursos ópticos);
4. Ampliar por projeção em uma superfície (recursos tecnológicos).

RECURSOS NÃO ÓPTICOS E ÓPTICOS

De Sá, Campos e Silva (2007) abordam os seguintes recursos não ópticos:

- Tipos ampliados: ampliação de fontes, sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros;
- Acetato amarelo: diminui a incidência de claridade sobre o papel;
- Plano inclinado: carteira adaptada, com a mesa inclinada para que o aluno possa realizar as atividades com conforto visual e estabilidade da coluna vertebral;
- Acessórios: lápis 4B ou 6B, canetas de ponta porosa, Plano Inclinado para leitura, cadernos com pautas pretas espaçadas, tiposcópio (guia de leitura), gravador;
- Chapéus e bonés: ajudam a diminuir o reflexo da luz em sala de aula ou em ambientes externos;

- Circuito fechado de televisão – CCTV: aparelho acoplado a um monitor de TV monocromático ou colorido que amplia até 60 vezes as imagens e transfere para o monitor.

Para os recursos ópticos os autores relatam que os mesmos quando utilizados levam a uma maior resolução da imagem pelas suas propriedades ópticas de ampliação (DE SÁ; DE CAMPOS; SILVA, 2007).

É necessário que se faça um bom treinamento, com variadas atividades e condições ambientais, para garantir o sucesso da adaptação de cada recurso:

- Para perto:
 - ♣ *Óculos esferoprismáticos;*
 - ♣ *Óculos com lentes microscópicas;*
 - ♣ *Lupas manuais, de apoio e iluminadas;*
 - ♣ *Lupas manuais de pescoço.*
- Para longe:
 - ♣ *Telelupas ou telescópios de aumento variados, mais utilizados para leitura de mesa, letreiros de ônibus e placas de rua;*
 - ♣ *Max TV: para assistir televisão.*

RECURSOS TECNOLÓGICOS

Lima, Nassif e Felipe (2008) relatam que a tecnologia facilita as atividades dos educadores e educando porque possibilitam a comunicação, a pesquisa e o acesso ao conhecimento. Os autores dividem a mesma nas seguintes categorias:

- **Recursos eletrônicos:** São constituídos por câmera, um sistema óptico e um monitor. Os mais utilizados são o CCTV (circuito fechado de televisão), recurso importado e a lupa eletrônica, fabricada no Brasil.
 - ♣ *Sistema de Leitura Portátil (SLP);*
 - ♣ *Livros Digitais;*
 - ♣ *No formato CD oferece ao usuário amplas possibilidades e facilidades na exploração de textos, tanto em áudio como em letras ampliadas;*
 - ♣ *LIDA: (Livro digital acessível).*

- **Software:** Os recursos de informática permitem ler o texto através de um sistema de voz sintetizada:
- ♣ *DOSVOX- Pode ser obtido gratuitamente por meio de “Download” a partir do site do projeto DOSVOX;*
- ♣ *Virtual Vision: É distribuído gratuitamente pela Fundação Bradesco e Banco Real para usuários cegos. No mais é comercializado;*
- ♣ *Jaws: Software desenvolvido nos Estados Unidos e mundialmente conhecido como o leitor de tela mais completo e avançado;*
- ♣ *Magic e o Orca (para Linux). Ele amplia a tela em grandes escalas e permite a navegação de forma mais confortável.*

Existem outras ferramentas, programas magnificadores de tela, geralmente conjugados com síntese de voz, desenvolvidos para quem tem baixa visão. Há necessidade que elas estejam disponíveis no âmbito do sistema escolar, para promover a inclusão escolar e social consequentemente o acesso a educação com qualidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada junto a professores habilitados ou com especialização que atuam em Salas de Recurso Multifuncional, no Atendimento Educacional Especializado; professores de sala regular, com alunos inclusos com baixa visão em suas salas e coordenadores pedagógicos das referidas unidades escolares, na Rede Municipal de Araçatuba-SP em Escolas do Ensino Fundamental- Ciclo I no ano de 2011.

Este projeto encontra-se aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Marília-SP, através do protocolo 0257/2011.

Foram investigados, pela aplicação de questionários, 6 professores, sendo dois de cada área citada, através de uma solicitação para a autorização da coleta de dados à Secretária da Educação do Município e Diretora das respectivas escolas.

Com a autorização concedida através de ofício pelos responsáveis citados acima, foi realizado um contato via telefone, com os sujeitos de pesquisa para solicitação da referida participação, agendamento e

preenchimento do questionário. Os mesmos foram esclarecidos quanto ao objetivo da pesquisa, utilização de dados e garantia de sigilo quanto à identificação dos sujeitos e foram solicitados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As perguntas dos questionários foram relativas à Parte I (Identificação do Professor) quanto ao sexo, idade, formação profissional, tempo de serviço e experiência com alunos com baixa visão. Já o questionário (Parte II) as perguntas foram relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado propriamente dito, para alunos com baixa visão, acerca do conhecimento do professor sobre inclusão do aluno com baixa visão, preparação para atendimento a este alunado, recursos didáticos específicos, cursos de capacitação oferecidos nas escolas, enfim especificidades do aluno com baixa visão.

A coleta de dados foi realizada em ambiente interno: Salas de Recurso do Atendimento Educacional Especializado (AEE), Sala do professor, e Sala de Coordenação.

Foram excluídos da pesquisa, sujeitos que se negaram a responder o questionário, os professores substitutos e estagiários, os professores do ensino regular que não tinham alunos incluídos em sala de aula com baixa visão.

RESULTADOS

Por meio do projeto de pesquisa aqui relatado pode-se chegar a algumas interpretações e conclusões que poderão servir de reflexão e fornecer subsídios quanto ao processo de inclusão de alunos com baixa visão no Ensino Fundamental. Desde sua introdução, que pretende fornecer alternativas para a superação de algumas das principais necessidades educacionais especiais do aluno com baixa visão, a partir de um embasamento teórico, até a análise de dados sobre a experiência dos sujeitos pesquisados,

De acordo com a tabela 1 é possível fazer uma análise muito interessante.

Quanto aos 6 professores entrevistados, em relação ao exercício profissional, podemos observar na tabela por área, que professores Coordenadores de Escola têm pouca experiência na função (2 anos),

além de 100% sem experiência na inclusão de alunos com baixa visão e atendimento as suas especificidades.

Já em relação aos professores de sala regular, o tempo de magistério, já é bem maior (de 10 a 18 anos de serviço), alguns com experiência na inclusão de alunos com deficiência.

Por meio da análise do tempo de serviço na área dos professores do Atendimento Educacional Especializado da Sala de Recurso constata-se outra visão, entre 6 a 15 anos com experiência no magistério; um com Especialização em Atendimento Educacional Especializado e outro com Pós-Graduação em Educação Especial; com experiência no atendimento de alunos com deficiência.

Tabela 1 Caracterização da Amostra

Total da amostra: 6				
Coordenadores de Escola: 2				
Professores de Sala Regular: 2				
Professor da Sala de Recurso: 2				
Sexo:				
100% feminino				
Idade:				
20 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	
17%	17%	49%	17%	
Formação:				
Pedagogia		Pedagogia com especialização		
83%		17%		
Anos de experiência na área que exerce:				
Coordenador				
100% -		2 anos		
Profº. de Sala Regular				
50% -		10 anos	50% -	18 anos
Profº. da Sala de Recurso				
50% 6 anos		50%	15 anos	
Experiência de ensino com alunos com algum tipo de Deficiência:				
Coordenador				
100 % Sem experiência				
Profº. de Sala Regular				
100% Com		experiência		
-				

Profº. da Sala de Recurso	100% Com experiência	
Experiência de ensino com alunos com deficiência (exceto coordenadores):		
Def. visual e intelectual	Def. intelectual	Def. Físico
50 %	25%	25 %
Atuação de ensino em (exceto coordenadores):		
Classe Comum	Sala de Recurso	Classe Comum e Sala de Recurso
50%	25%	15%
100 % Não haviam trabalhado com alunos com Baixa Visão (todos os entrevistados)		
Formação na área de Deficiente Visual:		
Coordenador		
50% Sem experiência		
50% Palestras		
Profº. de Sala Regular		
100% Nenhuma		
Profº. da Sala de Recurso		
50% Pós Educação Especial		
50 % Especialização (Atendimento Educacional Especializado)		

Observa-se um fato relevante. 100% dos entrevistados não haviam trabalhado anteriormente, com alunos com baixa visão.

Analisando a Tabela 2 vemos outros dados relevantes.

Tabela 2 Descrição dos Questionários: Entrevistados: Profº. Coord. de Escola, Profº. de Sala Regular e Profº. da Sala de Recurso

O que mais o preocupou no contato com o aluno de baixa visão?		
Prof. Coord. de Escola	Prof. de Sala Regular	Prof. da Sala de Recurso
100% Não me preocupei	100% A falta de recursos pedagógicos, estruturais e ambientais.	100 % A falta de experiência nesta área.
Os materiais são caros?		
Prof. Coord. de Escola	Prof. de Sala Regular	Prof. da sala de Recurso
100% Não são caros e podem ser confeccionados	50% Não são caros e podem ser confeccionados 50% não respondeu	100% Não são caros e podem ser confeccionados
Os materiais são fornecidos pela Escola?		
Prof. Coord. de Escola	Prof. de Sala Regular	Prof. da Sala de Recurso

50 % Na medida do possível 50% Muito pouco, uns sim outros não	50% Às vezes 50% Não respondeu	100% Muito pouco, uns sim outros não
Você os produz fazendo adaptações?		
	Prof. de Sala Regular	Prof. da Sala de Recurso
	50% Sempre que necessário 50% Não respondeu	100% Com certeza
Recebe apoio e orientação do professor do AEE?		
	Prof. de Sala Regular	
	50 % Com certeza 50% Sempre que necessário	
Você entrega ao professor do AEE, o material para adaptá-lo segundo a necessidade do aluno com baixa visão, quando?		
	Prof. de Sala Regular	
	50% Um dia antes 50% Não respondeu	
Os professores do ensino regular entregam material com antecedência para adaptá-lo segundo a necessidade do aluno com baixa visão, quando?		
		Prof. da Sala de Recurso
		50% Um dia antes 50% Esquecem de entregar o material

Observa-se que coordenadores de escolas têm oferecido apoio aos professores da sala regular, quanto à inclusão de alunos com baixa visão através do professor do Atendimento Educacional Especializado, materiais, alguns fornecidos pela escola outros não, sendo que os mesmos reconhecem a necessidade de recursos específicos para atendimento as especificidades deste alunado.

Um dado importante constatado pela análise da tabela 2, que coordenadores sentem-se despreocupados com a inclusão de alunos com baixa visão, sendo um fator negativo à inclusão, visto que o trabalho em equipe beneficia o acesso a educação com qualidade. Já os professores da sala regular sentem-se despreparados pela falta de experiência, e professores da sala de recurso preocupados com a falta de recursos pedagógicos estruturais e ambientais, demonstrando com isso realmente conhecer as necessidades específicas dos alunos com baixa visão.

Outro dado destacado na tabela 2, em relação à entrega do material escolar pelo professor da sala regular para o professor da sala de

recurso, para que o mesmo possa adaptar segundo a necessidade do aluno; a maioria não se empenha na entrega com antecedência para a adaptação, sendo isto um fator muito negativo para a inclusão dos alunos com baixa visão para o acesso ao ensino com qualidade.

Na Figura 1, podemos verificar dados significativos de vários aspectos levantados, que constam da legenda.

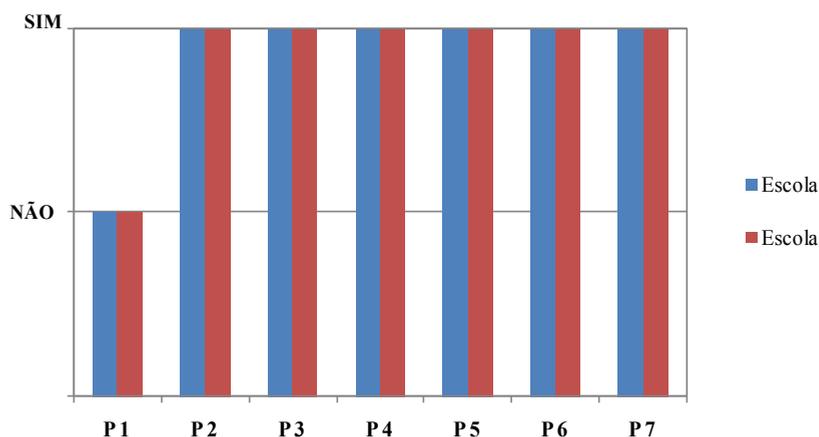


Figura 1 Questionário do Prof^o Coordenador de Escola

Legenda:

P1: Quando você teve contato com um aluno com baixa visão você se sentiu preparado (a) para lidar com esse aluno?

P2: Na sua concepção recursos pedag. em sala de aula e orientação do professor da Sala de Recurso faz a diferença na aprendizagem do aluno com baixa visão?

P3: Encontra Você possibilita e oferece o acesso a materiais que viabilizam o melhor desempenho do aluno com baixa visão em

P4: Você promove momentos de discussão acerca das dificuldades apresentadas pelos alunos com baixa visão?

P5: É claro que a Tecnologia Assistiva não se restringe somente a recurso em sala de aula. Neste sentido o ambiente da sua escola é um ambiente acessível e inclusivo?

P6: A escola oferece através do professor da sala de recurso, Curso de Capacitação e ou orientação sobre alunos com baixa visão?

P7: Em sua opinião o atendimento a todas as especificidades do aluno com baixa visão, melhora consideravelmente o acesso a educação e o processo de inclusão na rede regular de ensino?

Observa-se claramente que coordenadores no contato com alunos com baixa visão sentiram-se despreparados para lidar com esse alunado, demonstrando quanto é importante a formação inicial e continuada para que o processo da inclusão realmente aconteça. No entanto vemos na

figura que são a favor da inclusão e estão oferecendo os meios que possuem na comunidade escolar e os recursos específicos possíveis para alunos com baixa visão.

Na figura 2 analisamos dados (na legenda) quanto aos professores da sala regular.

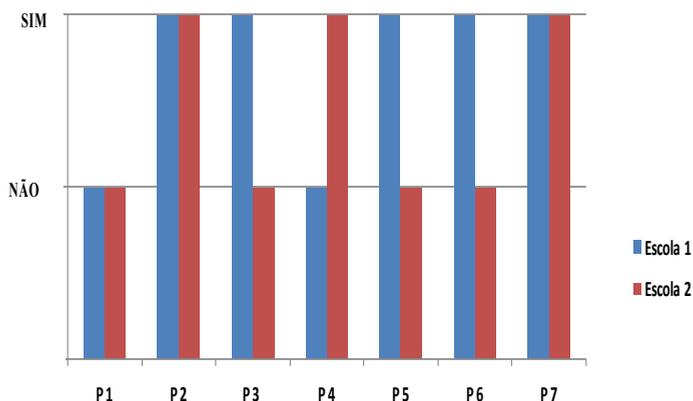


Figura 2 Questionário do Professor de Sala Regular

Legenda:

P1: Quando você teve contato com um aluno com baixa visão você se sentiu preparado para atendê-lo?

P2: Na sua concepção recursos pedagógicos em sala de aula e orientação do Prof^o da sala de recurso faz a diferença na aprendizagem do aluno com baixa visão?

P3: Você utiliza materiais que viabilizam o melhor desempenho do seu aluno em sala de aula?

P4: É claro que a TA não se restringe somente a recurso. em sala de aula. Neste sentido o ambiente da sua escola é um ambiente acessível e inclusivo?

P5: A escola onde você trabalha promove momentos de discussão acerca das dificuldades apresentadas pelos alunos com baixa visão?

P6: A escola oferece através do professor da sala de recurso, Curso de capacitação e ou orientação sobre alunos com baixa visão?

P7: Em sua opinião o atendimento a todas as especificidades do aluno com baixa visão, melhora consideravelmente o acesso a educação e o processo de inclusão na rede regular de ensino?

Professores da sala regular demonstram nas respostas não terem experiência na área de deficiência visual, além de se sentirem despreparados para atender este alunado, mas afirmaram receber apoio do professor do atendimento educacional especializado sempre que necessário.

Porém, foi observado também, em outras perguntas, que as respostas da maioria dos entrevistados foram, basicamente, que *todos reconhecem a necessidade de oferecer recursos específicos aos alunos com baixa visão para acesso a educação com qualidade, sendo isto um fator muito positivo, no entanto é necessário que este fato aconteça realmente na inclusão de alunos com baixa visão no ensino regular.*

Já na Figura 3, podemos analisar outros pontos muito importantes, para a inclusão de alunos com baixa visão (ver legenda).

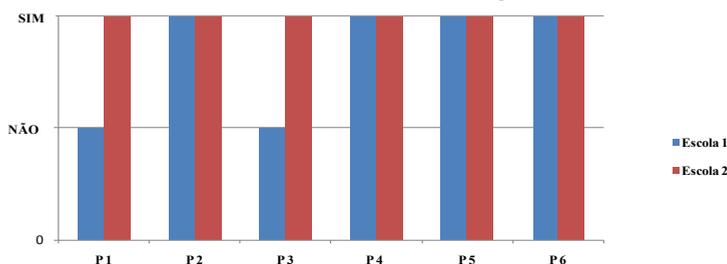


Figura 3 Questionário do Professor da Sala de Recursos

Legenda:

P1: Quando você teve contato com um aluno com baixa visão você se sentiu preparado para atendê-lo?

P2: Você auxilia e orienta professores do ensino regular?

P3: Encontra barreiras na interação com os professores do ensino regular?

P4: Você utiliza materiais que viabilizam o melhor desempenho do seu aluno em Sala de Recurso?

P5: Você promove momentos de discussão com a equipe escolar acerca das dificuldades apresentadas pelos alunos com baixa visão?

P6: Sempre que é possível você orienta a equipe escolar através de cursos de capacitação e ou orientação sobre alunos com baixa visão?

Nas respostas de Professores da sala de recurso, observa-se claramente, a responsabilidade e comprometimento no exercício da função. Observa-se que 50% dos entrevistados no primeiro contato não se sentiram preparados para o atendimento, e 50% encontraram barreiras na interação com professores da sala regular.

Frente à análise dos resultados obtidos fica bastante nítida, a falta de formação inicial e continuada dos professores entrevistados do ensino comum, coordenadores, para atuação com alunos com baixa visão. Evidencia-se uma posição desfavorável a inclusão, e a necessidade

de capacitação e do atendimento educacional especializado intensivo aos alunos com baixa visão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou alguns dados que permitem uma reflexão sobre o Atendimento Educacional Especializado, no que se refere à inclusão de alunos com baixa visão no sistema regular de ensino.

A falta de formação inicial e continuada dos professores do ensino comum para atuar com esses alunos foi o que ficou evidente nos resultados, apesar de que os docentes informaram que recebem apoio especializado, fazem o material específico e também recebem orientações dos professores especialistas em educação especial quando necessário. Evidencia-se neste sentido um fator desfavorável à inclusão: a necessidade de apoio constante especializado, do professor da sala multifuncional, capacitando-os a lidar com esta clientela, visto que alunos com baixa visão apresentam variados graus de necessidades de acordo com a patologia apresentada, utilização de recursos ópticos e não ópticos, além de adaptação curricular, para o acesso ao conhecimento e desenvolvimento da autonomia e independência

Esta falta de formação apresentada pelos educadores do ensino regular indica também que ações governamentais precisam ser repensadas. Há necessidade de se rever a formação inicial, necessidade de capacitação continuada, promovendo com isso uma prática mais eficaz de acordo com as necessidades específicas deste alunado, e de um modo geral de todos que necessitam de atendimento educacional especializado.

Um fator que chama muita atenção foi o reduzido número de alunos com baixa visão, incluídos em Sala Regular no Ensino Fundamental Ciclo I. Esta pesquisa optou por entrevistar só escolas com alunos inclusos com baixa visão em sala regular, portanto duas escolas somente, dois professores. Conclui-se que muitos alunos com baixa visão não estão matriculados em sala regular ou ainda a dificuldade visual de muitos não foi detectada.

A Rede de Educação Municipal implantou o atendimento a educação especial com salas de recurso por área de deficiência em 2008, e em 2010 o atendimento foi modificado para Salas de Recurso Multifuncionais,

em todas as áreas. Professores do Atendimento Educacional Especializado desde aquela data recebem semanalmente 6 horas de capacitação em todas as áreas de deficiências, sendo um fator muito relevante para a formação continuada dos docentes.

O processo de inclusão na rede municipal é bastante recente, muito empenho e valorização está sendo oferecida, encontra-se em construção, acredita-se que futuramente os dados de pesquisa se forem avaliados novamente, serão totalmente diferentes, contribuindo para uma educação com qualidade.

A implantação da inclusão também é um problema social, depende de inúmeros fatores para ser concretizada, mudança de valores, da discriminação e estigma, entre outros, enfim existe uma caminhada longa para chegar a uma escola inclusiva ideal, com o empenho de todos, os objetivos com certeza serão alcançados futuramente.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L. T. M. *Compreendendo o cego*: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

ARCHANJO, V. W. Deficiência visual: entre esclarecimentos e reflexões. *P@rtes*. ISSN 1678-8419. 2008. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/deficienciavisual.asp>>. Acesso em: 12 jun 2011.

ARGENTA, A.; DE SÁ, E. D. Atendimento educacional especializado de alunos cegos e com baixa visão. *Inclusão*: revista da educação especial, Brasília, DF, v.5, n.1, p.32-39, jan/jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Saberes e práticas da inclusão*: desenvolvendo competências para o atendimento de as necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

_____. Ministério da Educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*: formação de atendimento educacional à distância de professores para o atendimento educacional especializado Brasília, DF, 2007. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Módulo 2. Agenda 1. Texto 1. 2010). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 16 ago 2011.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 10 jun. 2011.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalista ou especialista. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, SP, v. 3, n. 5, p.7-25, 1999.

DE SÁ, E. D.; DE CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. Brasília, DF: MEC/SEESP/SEED, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2011.

DOMINGUES, C. A et.al. *A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira*. Brasília, DF: MEC/SEE; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 3. Disponível em: <<http://www.especialjr.com.br/baixavisaocegueira.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

LIMA E. C.; NASSIF M. C. M.; FELIPPE M. C. M. *Convivendo com a baixa visão: da criança à pessoa idosa*. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

LIPPE, E. M. O, CAMARGO, E. P. O ensino de ciências e deficiência visual: uma investigação das percepções da professora de ciências com relação à inclusão. In: JORNADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: EDUCAÇÃO ESPECIAL E O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS, 10., 2010. Marília. *Anais...* Marília: Oficina Universitária, 2010. V. 1. p.1-7.

MASINI, E. F. S. *O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados*. Brasília, DF: Ministério da Ação Social/CORDE, 1994.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. *Documento subsidiário à política de inclusão*. Brasília: MEC/SEE, 2005. 48 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopolitica deinclusao.pdf>> . Acesso em: 12 jun 2011.

SIAULYS M. O. C. *A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular: orientação aos professores do ensino regular* – Brasília, DF: MEC/SEE, 2006.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2010.

VIGOTSKI L. S. The blind child. In: _____. The collected works of L. S. Vigotski. *A criança cega*. Tradução. Achilles Delari Jr. e Eugenio Pereira de Paula Jr. 1994. Disponível em: <http://lumiy.wordpress.com/estudos/vigotski-crianca-cega/>. Acesso em: 25 jul. 2010.